



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

02 de julho 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Caderno Universitário	Data: 02/07/2015
Assunto: PEE		Página: 26

DIÁRIO CATARINENSE

EDUCAÇÃO E GÊNERO

O deputado estadual Narciso Parisoto (DEM) se adiantou à votação do Plano Estadual de Educação. Ele apresentará uma emenda modificativa ao texto enviado pela Secretaria da Educação para alterar os trechos que tratam sobre identidade de gênero e opção sexual. Segundo ele, os temas não cabem à escola, mas sim aos pais, que devem definir "os padrões morais que desejam repassar aos filhos". O projeto passará por três comissões antes de ser votado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado	Editoria: Coluna pelo Estado	Data: 02/07/2015
Assunto: PEE		Página: Online

[PeloEstado]

PEE em debate

Pelas regras do Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Estadual (PEE) deveria estar aprovado e pronto para ser implementado no dia 24 de junho. No entanto, ainda está tramitando na Assembleia Legislativa, que realizará dez encontros para debate do tema. O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, esteve na Comissão de Educação da Assembleia para tirar dúvidas dos deputados e destacou que o PEE, cuja validade vai até 2014, foi elaborado ao longo de 18 meses e como resultado do acúmulo de 600 conferências. São 19 metas, em linha com o PNE, entre as quais têm destaque a universalização do ensino básico, a erradicação do analfabetismo, a ampliação do ensino integral, a promoção da integração entre ensino regular e profissionalizante, entre outros. O PEE também prevê a aplicação de, no mínimo, 7% do Produto Interno Bruto do Estado (PIB) para financiar a Educação até o quinto ano de vigência do plano e de 10% do PIB catarinense até o décimo ano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Coluna pelo Estado

Editoria: Coluna pelo Estado

Data: 02/07/2015

Assunto: PEE

Página: Online

[PeloEstado]

Descontente Deputado Narcizo Parisotto (DEM) apresentou à Assembleia uma emenda modificativa para retirar do Plano Estadual de Educação (PEE) qualquer referência à ideologia de gênero, gênero e opção sexual. Ele acredita que "não cabe à escola debater estes temas, mas aos pais e responsáveis definirem os padrões morais que desejam repassar aos filhos."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 02/07/2015
Assunto: Transporte escolar		Página: Online

OS JORNAL E PERIÓDICO DO BRASIL - F. C. B. - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Pau de arara escolar: Crianças são transportadas até em carroceria

Nos ônibus escolares de Roteiro (AL), fiscais encontraram crianças viajando entre galões de combustível. Os veículos não tinham cintos de segurança, e os extintores de incêndio estavam vencidos.

Nos ônibus de Sobral (CE), tábuas remendavam janelas e portas eram presas com fios de cobre. Motoristas não tinham a habilitação exigida para transportar passageiros.

Em Bacuri (MA), velhos veículos de carga ganharam bancos de madeira sem encosto em suas carrocerias para acomodar os estudantes.

Os casos foram colhidos pela Controladoria-Geral da União, que avaliou, por sorteio, a execução do Pnate (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar) em 131 municípios entre 2012 e 2013. Só no ano passado, 5.296 cidades receberam verba do programa.

O relatório final das fiscalizações foi apresentado nesta semana e revela a precariedade do transporte escolar nos locais analisados. Os problemas podem ser encontrados em outros locais do país.

Em Graça (CE), que não está no relatório, crianças foram recentemente flagradas viajando penduradas do lado de fora de caminhonetes.

A secretária de Educação do município, Morgana Alcântara, afirma que seis paus de arara ainda são usados. Ela afirma que a gestão atual já diminuiu o número de rotas com eles, mas que o objetivo é reduzir ainda mais.

Sobre as crianças penduradas, ela diz que pode ter sido uma "eventualidade".

"Tem aluno que faz prova, sai mais cedo e quer ir embora no primeiro carro. Pode ter ido lotado, mas eu desconheço que todos os dias esses carros vão com o aluno de fora."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Embora considere satisfatória a execução do Pnate, por atingir "grande parte" de seu público, o documento da CGU mostra que apenas 35% dos veículos atendiam totalmente as especificações do código de trânsito. Em relação aos motoristas, 29% trabalhavam irregularmente.

Também foram identificados problemas nas licitações (só 43% não tinham falhas) e no uso das verbas públicas –houve desvios em 21 cidades.

PREJUÍZOS

Os prejuízos com irregularidades –como superfaturamento de serviços e favorecimento a empresas– chegam a R\$ 3 milhões, valor que a CGU recomendou que fosse devolvido pelos municípios ao programa executado pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

O FNDE diz que analisa o relatório e que, se necessário, irá solicitar a devolução.

Criado em 2004, o Pnate transferiu até 2014 R\$ 4,6 bilhões aos municípios para garantir o acesso dos estudantes de áreas rurais.

"Temos uma série de propostas para evitar esses problemas, como o FNDE interagir mais com os órgãos de fiscalização. Identificamos também que os conselhos [que monitoram os recursos] não estão atuando", afirma Victor Godoy Veiga, diretor de auditoria da área social da CGU.

O governo federal admite que não há dados sobre o número de paus de arara em uso. Segundo o censo escolar de 2014, 6 milhões de estudantes viajam em ônibus, 1 milhão em micro-ônibus e 805 mil em vans e Kombis. Caminhões, caminhonetes e motos estão incluídos no censo na categoria "outros", que soma 1 milhão de usuários.

Há ainda 768 mil alunos que utilizam embarcações, 21 mil que vão à escola de bicicleta e 4.607 que recorrem a veículos com tração animal.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 02/07/2015
Assunto: Educação Básica		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

País precisa colocar 2,8 milhões de crianças na escola, diz relatório

*Movimento Todos Pela Educação acompanha 5 metas no setor.
Estudo considera dados oficiais divulgados entre 2014 e 2015.*

Relatório do movimento Todos Pela Educação (TPE) divulgado nesta quinta-feira (2) aponta que o Brasil ainda precisa incluir cerca de 2,8 milhões de crianças e adolescentes na Educação Básica.

Além disso, precisa garantir que os já matriculados concluam os estudos dentro da faixa etária recomendada e com melhores índices de aproveitamento das disciplinas.

As deficiências foram apontadas em detalhes no relatório "De Olho Nas Metas 2013-14". Elas foram constatadas principalmente através do monitoramento de dados oficiais (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2013 e na Prova Brasil/Saeb (MEC/Inep) 2013 divulgados entre o final de 2014 e início de 2015).

O estudo publicado tem o objetivo de acompanhar o cumprimento de cinco metas estabelecidas pelo movimento para serem alcançadas até 2022 no país. Veja abaixo detalhes das metas e o que foi constatado pelos especialistas:

saiba mais

Apenas 54% dos jovens concluem o ensino médio até 19 anos, diz estudo

Ideb fica abaixo da meta no ensino médio e no ciclo final do fundamental

METAS DO TODOS PELA EDUCAÇÃO

META 1 - Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola - Até 2022, 98% ou mais das crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar matriculados e frequentando a escola, ou ter concluído o Ensino Médio.

DIAGNÓSTICO

O Todos Pela Educação aponta que 2.863.850 crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos estão fora da Educação Básica (680 mil crianças de 4 e 5 anos e 1,6 milhão de jovens de 15 a 17 anos).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em 2013, o Brasil registrou 93,6% da população de 4 a 17 anos matriculada na Educação Básica, abaixo da meta intermediária proposta pelo TPE para o ano, que era 95,4%.

O movimento aponta que há diferença regionais e de aspectos socioeconômicos. "Entre os 25% da população com maior renda, 95,8% das crianças de 4 e 5 anos frequentam a escola, enquanto a taxa de atendimento dessa faixa etária entre os 25% com menor renda é de 85%", aponta o relatório

Se consideradas questões regionais, Acre, Amazonas e Amapá apresentam as menores taxas no atendimento escolar dessa população em 2012 e 2013: 89,6%, 90,1% e 90,3%, respectivamente.

META 2 - Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos - Até 2010, 80% ou mais, e até 2022, 100% das crianças deverão apresentar as habilidades básicas de leitura, escrita e matemática até o final do 3º ano do Ensino Fundamental

DIAGNÓSTICO

O TPE diz que o exame que permitiria avaliar a meta ainda não teve os resultados divulgados de forma consolidada pelo Inep. Sem os dados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), voltada para 3º ano do Ensino Fundamental, o movimento ainda tem como parâmetro os resultados da Prova ABC de 2012. Ela revelou que 44,5% dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental apresentaram proficiência desejável em leitura, 30,1% em escrita e 33,3% em matemática.

META 3 - Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano - Até 2022, 70% ou mais dos alunos terão aprendido o que é adequado para seu ano.

DIAGNÓSTICO

Segundo dados de 2013 referentes à Prova Brasil e ao Saeb, apenas 9,3% dos estudantes que deixam a Educação Básica apresentaram proficiência esperada em Matemática e 27,2% em Português)

Os números da Região Norte são os mais alarmantes do País: em 2013, apenas 3,6% concluíram o Ensino Médio sabendo o que deveriam em matemática, e 16,2%, em língua portuguesa.

“É urgente que o país promova ações imediatas e mais efetivas para que os jovens que estão hoje no sistema tenham garantido o seu direito ao aprendizado. Para isso, é fundamental repensar Ensino Médio, que ficou por anos estagnado e agora apresenta retrocesso de seus indicadores, e também ter políticas focadas nos anos finais do Ensino Fundamental, que já demonstram estagnação em patamares muito baixos de proficiência”, analisa a diretora-executiva do TPE, Priscila Cruz.

META 4 - Todo jovem de 19 anos com Ensino Médio concluído - Até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de 16 anos deverão ter completado o Ensino Fundamental, e 90% ou mais dos jovens brasileiros de 19 anos deverão ter completado o Ensino Médio.

DIAGNÓSTICO



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A taxa de conclusão aos 19 anos em 2013 foi de 54,3%, quase 10 pontos percentuais abaixo da meta de 63,7%, segundo o estudo. Atrasados em relação à série correta, 19,6% dos jovens nessa idade ainda se encontram no Ensino Fundamental, enquanto 1,7% cursam Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As desigualdades de raça também aparecem evidentes nesta meta, segundo o TPE. "Há uma diferença de aproximadamente 20 pontos percentuais (pp) entre as taxas de jovens declarados brancos que concluíram o EF aos 16 anos e o EM aos 19, que são respectivamente 81% e 65,2%, e aqueles que se declaram negros – 60% e 45%", conclui o estudo.

A influência do fator socioeconômico também foi constatada. "No Ensino Fundamental, por exemplo, o quartil mais pobre apresenta taxa de conclusão igual a 59,6%, enquanto entre os 25% mais ricos, esse percentual é de 94%. No Ensino Médio, esses valores são, respectivamente, 32,4% e 83,3%", afirma o estudo.

META 5 - Investimento em Educação ampliado e bem gerido - Até 2010, mantendo-se até 2022, o investimento público em Educação Básica obrigatória deverá ser de 5% ou mais do PIB.

DIAGNÓSTICO

Hoje, o percentual do investimento público direto na área em relação ao PIB é de apenas 5,6%, segundo dado de 2013 divulgado pela Diretoria de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (DEED/Inep).

Em Educação Básica, há uma tendência de crescimento desde 2000, quando era de somente 3,2%. Atualmente, está no patamar de 4,7%.

O Brasil continua a figurar entre os países que menos investem em Educação. O dado mais recente disponível, de 2011, é o relatório *Education at a Glance*, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

"A Suíça é o país que mais investe por aluno anualmente: US\$ 16.090. É seguida de perto por Estados Unidos e Noruega, que investem, respectivamente, US\$ 15.345 e US\$ 14.288.

Além dos três, outros 12 países aplicam mais de 10 mil dólares por aluno: Áustria, Suécia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Finlândia, Alemanha, Irlanda, Austrália, Japão, França e Reino Unido", aponta o estudo.

"O Brasil aparece em penúltimo lugar na lista, com US\$ 3.066, à frente apenas da Indonésia (US\$ 625) e atrás de outros países latino-americanos como Chile e México. Além disso, está bem abaixo da média da OCDE, que é de US\$ 9.252."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 02/07/2015
Assunto: Valorização		Página: Online



OPINIÃO: SALÁRIO BAIXO FAZ CARREIRA DE PROFESSOR VIRAR OPÇÃO PASSAGEIRA

"Docente ingressa no magistério ainda jovem mas em poucos anos deixa de ver perspectivas", afirma Andrea Ramal

Fonte: G1

No Brasil, a carreira de professor está se tornando uma passagem, um momento de transição para outras funções. O profissional fica no magistério somente até conseguir um cargo mais bem remunerado e provavelmente menos estressante.

Prova disso é que 25% dos docentes brasileiros têm menos de 30 anos e apenas 12% estão com idade acima de 50, bem diferente do que ocorre em outros países. Aqui, o professor ingressa no magistério ainda jovem, mas em poucos anos, deixa de ver perspectivas.

A baixa remuneração é a gota d'água num contexto desastroso, que combina elementos como superlotação das salas de aula, aumento da indisciplina e do desrespeito pelos mestres, indiferença das famílias e desprestígio social da profissão, falta de estrutura e de recursos nas escolas e o próprio despreparo dos professores para lidar com os desafios educativos de hoje.

Esse quadro tem como primeira consequência o chamado "mal-estar docente": cada vez mais professores adoecem com problemas psicológicos associados a estresse, exaustão emocional, depressão, cansaço crônico e frustração.

A categoria está entre as mais sensíveis à síndrome de burnout. São profissionais que entram na educação movidos pelo desejo de mudança social e lidam diariamente com o desalinhamento entre o sonho e a impossibilidade de alcançá-lo, entre a impotência diante do sistema de ensino e a cobrança da sociedade.

Por exemplo, no Distrito Federal, só no primeiro semestre de 2014, foram emitidos 16,4 mil atestados médicos para professores da rede pública – o que significa mais da metade dos 32 mil concursados. Esses dados se repetem pelos estados e municípios brasileiros.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A segunda consequência é a perda de talentos, uma vez que muitos dos profissionais acabam aceitando propostas de trabalho em outras áreas.

No Brasil, faltam 150 mil professores em disciplinas como química, biologia, física e matemática. No total, estima-se que haja carência de 300 a 400 mil professores nas salas de aula. A solução para que os alunos não fiquem sem fazer nada é recorrer a profissionais sem a devida formação. De acordo com o Censo Escolar 2013, o Brasil tem quase meio milhão de professores ativos sem diploma de graduação, o que equivale a 21,9% do total de 2 milhões de docentes.

Esse cenário funciona como barreira de entrada para novos talentos. Uma pesquisa da Fundação Carlos Chagas mostrou que apenas 2% dos jovens brasileiros querem ser professores. É justamente o oposto do que ocorre na Coreia do Sul, país que lidera os rankings da educação, onde a profissão é tão disputada que fica restrita aos jovens que mais se destacam nos estudos. É extremamente preocupante constatar que muitos dos calouros brasileiros que optam pela carreira de professor são aqueles que não teriam chance de cursar o ensino superior em outras áreas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 02/07/2015
Assunto: Recursos		Página: Online



EDUCAÇÃO TEM PERDER RECURSOS COM PROJETO DE LEI QUE MUDA PARTILHA DO PRÉ-SAL

Proposta cria condições para reduzir a participação da Petrobras nos consórcios de exploração; verbas, segundo o governo, são chave para o cumprimento do PNE

Fonte: Agência Brasil

O projeto de lei que diminui a participação da Petrobras na exploração do pré-sal está sendo criticado por entidades que atuam no setor. O argumento é que os recursos do pré-sal, destinado para a educação, no longo prazo, vão diminuir. Segundo a Consultoria Legislativa do Senado, no entanto, o projeto em discussão na Casa não altera a destinação de recursos. O Projeto de Lei 131/2015, do senador José Serra (PSDB-SP), é discutido hoje (30) no Senado. O projeto cria condições para reduzir a participação da Petrobras nos consórcios de exploração de petróleo da camada do pré-sal, atualmente estipulada em pelo menos 30% dos blocos licitados.

Sem citar o projeto especificamente, o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, disse em vídeo publicado no Facebook que o Ministério da Educação (MEC) está preocupado com possível alteração do regime de partilha.

No entendimento do governo, a aprovação do projeto vai impactar a Lei 12.858/2013, conhecida como a Lei dos Royalties, que destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação. Os recursos, segundo o governo, são chave para o cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE) que, entre outras metas, estabelece o investimento anual de pelo menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação, até 2024. O plano estabelece ainda metas que vão desde a educação infantil até a pós-graduação, passando pela valorização dos professores.

"Com todo o respeito pelos proponentes do projeto, o problema é que ele faz com que 75% dos royalties que iam para educação deixem de ir para este tão nobre fim", disse, em vídeo no Facebook, o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro.

"Nós conseguimos, nos últimos anos, universalizar o ensino fundamental. Falta universalizar a pré-escola, [para crianças com] 4 e 5 anos, universalizar a creche e garantir um ensino médio que funcione bem e que não tenha evasão. Para essas



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

finalidades é importante termos os recursos, e é importante que venham do petróleo, porque assim não vão forçar aumento de tributação", acrescentou.

O consultor legislativo do Senado Federal, da área de minas e energia, Luiz Bustamante, esclarece, no entanto, que o projeto não altera o regime de partilha e, portanto, não muda os recursos destinado à educação. Segundo ele, é provável que os recursos até aumentem, uma vez que haverá mais disputa, com mais empresas concorrendo. A tendência, acrescentou, é o excedente em óleo destinado ao Fundo Social aumentar, o que vai resultar em mais dinheiro para a educação.

Bustamante reforça que o projeto altera apenas a participação da Petrobras. "O regime de partilha é mantido. Tanto faz. Quem for explorar vai ter que pagar. Não mexe no regime de partilha."

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, rede que integra mais de 200 organizações, Daniel Cara, diz que embora não tenha impacto imediato, caso aprovado, o projeto pode abrir margem para alterar o regime de partilha e, com isso, reduzir os recursos para o setor. Pare ele, o próximo passo do capital privado, se conseguir vencer essa etapa, será tentar desconstruir o regime de partilha. "[Esse] é um dos cenários mais favoráveis do mundo para as empresas", destacou.

Caso o regime de partilha seja substituído pelo de concessão, segundo nota divulgada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Estado deixa de arrecadar 15% do total de óleo ou gás produzido no regime de partilha para obter entre 5% e 10% de receita no regime de concessão sobre o lucro das empresas. "O projeto visa a retirar a riqueza do povo brasileiro, transferindo-a às empresas privadas. Se isso ocorrer, o Plano Nacional de Educação não se viabiliza, pois o pré-sal é uma das suas principais fontes de financiamento", diz a nota.

Dirigentes municipais de educação também manifestaram preocupação. Em carta assinada por dirigentes de mais de mil municípios que participaram do 15º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, eles repudiaram a iniciativa. Eles ressaltam que a proposta é um retrocesso na história do Brasil e, se aprovada, irá inviabilizar o Fundo Social do Pré-sal e, conseqüentemente, o cumprimento das metas do PNE e dos planos municipais de Educação. Esperam, portanto, dos parlamentares, "respeito à população e à legislação brasileira, em específico à Lei do Plano Nacional de Educação".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 02/07/2015
Assunto: Primeira Infância	Página: Online	



PARLAMENTARES E ESPECIALISTAS DISCUTEM INVESTIMENTOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Segundo Núcleo Científico pela Infância, este é um período crucial, porque é nele que ocorrem o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais e a aquisição de capacidades fundamentais

Fonte: Agência Brasil

Parlamentares, especialistas brasileiros e estrangeiros discutiram, na manhã de hoje (30), o panorama da primeira infância e defenderam a importância de ações e políticas públicas direcionadas para essa etapa da vida durante o 3º Seminário Internacional Marco Legal da Primeira Infância. Iniciado hoje, o evento vai até o dia 2 de julho, na Câmara dos Deputados.

A primeira infância é a fase do desenvolvimento que vai do nascimento até os 6 anos. O Núcleo Científico pela Infância afirma, na publicação Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância Sobre a Aprendizagem, que este é um período crucial para a criança, porque é nele que ocorrem o desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais e a aquisição de capacidades fundamentais que permitirão o avanço de habilidades mais complexas.

De acordo com a pesquisadora da Faculdade de Ciências do Chile e ex-ministra da Saúde Helia Molina, os primeiros mil dias de vida são fundamentais para o desenvolvimento da criança e, por isso, é essencial dar estímulos nessa fase. “Nos primeiros mil dias de vida há períodos críticos de desenvolvimento, são janelas de oportunidades e com pouco tempo para atuar. Eu diria que, antes dos 3 anos, já estão bem formadas a capacidade de comunicação, de trabalho em equipe e de solidariedade.”

Helia Molina considera que dedicar atenção especial a fase inicial da vida é um caminho para garantir a igualdade de oportunidades no futuro.

De acordo com a publicação do Núcleo Científico pela Infância, crianças com desenvolvimento saudável e integral nos primeiros anos de vida têm mais facilidade para adquirir novos conhecimentos, o que vai contribuir para o bom desempenho



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

escolar e a facilidade de adaptação a diferentes ambientes. “O desenvolvimento cerebral que permitirá a aprendizagem ao longo da vida se inicia na gestação e tem especial relevância durante a primeira infância.”

Para o representante da Rede Hemisférica de Parlamentares e ex-Parlamentares pela Primeira Infância, Enrique Herrera, entre os governos de variados países tem-se consolidado a consciência de que trabalhar com a primeira infância é chave para o desenvolvimento social. Ele enumerou direitos nos quais é preciso avançar. “É necessário avançar fundamentalmente nos principais direitos como o direito à vida, de viver em família, de ser prioridade na sociedade; o direito à não discriminação, à proteção contra formas de abuso, ao tráfico de pessoas, à proteção da saúde e inclusão de crianças com deficiência.”

A deputada mexicana Susana Hurtado destacou que é comum ter recursos destinados às crianças, mas sem a especificação para investimentos na primeira infância. Esse direcionamento, segundo ela, deve ser feito pelos governos. “As políticas não se concretizarão se não houver recursos específicos para o tema.”

O seminário, que está na terceira edição, é uma iniciativa do deputado Osmar Terra (PMDB-RS), autor do projeto de lei que cria o Marco Legal da Primeira Infância.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 02/07/2015
Assunto: Leitura	Página: Online	



SOMENTE 25% DOS BRASILEIROS SÃO LEITORES PLENOS, DIZ SECRETÁRIO DO PLANO DA LEITURA

Fundo Nacional Pró-Leitura está em tramitação na Câmara; iniciativa tem por objetivo apoiar a produção, edição, distribuição e comercialização de livros

Fonte: Agência Câmara

No Brasil, apenas 25% dos cidadãos alfabetizados podem ser considerados leitores plenos, ou seja, capazes de entender qualquer tipo de texto, sendo ele uma notícia de jornal ou uma literatura. Segundo o secretário executivo do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), José Castilho Neto, esse fato é decorrente da dívida histórica existente no País devido à herança de 500 anos de exclusão do direito à leitura para a formação da cidadania dos brasileiros e de que a leitura não pode se resumir apenas à alfabetização.

"Esse problema é algo que ainda tem que ser superado no Brasil. Apesar de todos os avanços, principalmente dos últimos 10, 15 anos em relação à universalização do ensino em todos os níveis, onde milhões e milhões de pessoas entraram para as escolas em todos os níveis, nós continuamos com um índice muito perturbador e que é um empecilho para a criação de cidadãos plenos e de leitores plenos", ressalta José Castilho.

"Nós temos 75% de brasileiros alfabetizados ainda alienados de uma compreensão leitora plena e isso é muito grave", acrescenta. "É grave para a formação da cidadania, é grave para que cada um saiba exatamente os seus direitos e deveres, é grave na comunicação entre as pessoas."

Fundo Nacional

Com o intuito de aumentar a prática da leitura no Brasil, tramita na Câmara dos Deputados Projeto de Lei (1321/11), do Senado Federal, que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura com o objetivo de apoiar a produção, edição, distribuição e comercialização de livros no País.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A Comissão de Educação da Câmara promoveu audiência pública com especialistas da área para discutir os principais temas que compõem a criação do Pró-Leitura, a pedido do relator, deputado Rafael Motta (Pros-RN).

Entre os assuntos debatidos no encontro, destacaram-se a necessidade de especificar, no texto da lei, as fontes exatas de composição dos recursos do Fundo, como também as formas de gestão e a inexistência de referências, no projeto, aos agentes públicos e da sociedade civil, como as bibliotecas comunitárias, que ajudam no incentivo à leitura.

"Existem recursos provenientes do Tesouro Nacional para promover a leitura através do Fundo Nacional Pró-Leitura. Mesmo após diversos ajustes fiscais que nós tivemos visto e votado em Plenário, a gente sabe que o País enfrenta uma crise, mas investir em educação e em leitura não é um gasto financeiro, muito pelo contrário, é um investimento futuro, o retorno será garantido", afirma Rafael Motta.

Equilíbrio

Segundo o secretário executivo do PNLL, José Castilho Neto, com a aprovação do Fundo, a prioridade de investimento será o equilíbrio dos quatro eixos do Plano: "Primeiro, a democratização do acesso ao livro, principalmente por intermédio das bibliotecas de acesso público. Segundo, é a formação de mediadores de leitura que são os professores, os bibliotecários... O terceiro é o valor simbólico da leitura, nós temos que ter a leitura como valor importante para que seja defendido. E, enfim, o quarto eixo que nós trabalhamos, com a ideia do apoio à economia do livro. Entendendo apoio à economia do livro como o apoio aos escritores."

Tramitação

O projeto que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura tramita em caráter conclusivo nas comissões, e aguarda agora o parecer do relator da Comissão de Educação. O texto será apreciado ainda pelas comissões de Cultura; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 02/07/2015
Assunto: Modelos de gestão	Página: Online	



UMA NOVA GESTÃO ESCOLAR

A busca por um modelo mais eficiente de gestão deve passar pela análise das avaliações externas e focar a aprendizagem

Fonte: Revista Gestão Escolar

Valorização dos profissionais, organização do tempo e do espaço escolar, ampliação da jornada, projeto político-pedagógico... Itens sempre presentes quando se fala na gestão da escola pública, mas que podem se estender a todas as escolas. O assunto foi tema do I Seminário Internacional de Boas Práticas em Gestão Escolar, realizado em 2014, em Brasília, pelo Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed). Um dos pontos debatidos foi a importância da gestão participativa. Para a professora Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, professora do Departamento de Planejamento e Administração Escolar da Universidade Federal do Paraná (Deplae/UFPR), na época diretora de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), a gestão escolar se constituiu, nos últimos anos, em uma das temáticas mais importantes, no sentido de transformar a educação com base na realidade que se tem na escola. “É exatamente na figura do diretor escolar que se promove essa gestão, uma gestão democrática, colegiada e que vai fazer a diferença na educação”, afirma a professora.

Já para Ricardo Henriques, superintendente do Instituto Unibanco, é preciso coerência entre os pontos operacionais, táticos e de rotina no ambiente escolar. “Esses pontos articulados como princípios, competências e requisitos são uma combinação que dá maior ou menor qualidade na gestão. E gestão de qualidade está associada, necessariamente, a resultados”, enfatiza. Ele completa que esses resultados estão inseridos no propósito fundamental da educação, que é o foco no aluno, a fim de que ele tenha acesso, permaneça e retorne à escola e haja resultado de aprendizagem e de equidade. Segundo Henriques, são justamente nesses pontos que estão os desafios da gestão contemporânea.

A professora Yvelise comenta ainda que a análise de resultados dos processos avaliativos internos da escola e da avaliação em larga escala pode e deve ser considerada referência para o planejamento participativo, assim como indutor de políticas educacionais necessárias às demandas da escola e da educação. Mas, para



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

efetivar a aprendizagem a todos os alunos, é preciso garantir a formação continuada dos profissionais da escola, com foco no conhecimento das matrizes teóricas e legais referentes às políticas curriculares como base para mudanças e inovações. Yvelise ainda chama atenção para o fortalecimento dos canais de participação dos pais e dos estudantes na escola, considerados sujeitos ativos do processo educativo.

Diagnóstico

A análise das avaliações educacionais externas e internas para orientar as ações pedagógicas também é considerada por Ricardo Henriques um fator essencial para a gestão escolar eficiente. “Trata-se de um desafio que pressupõe capacitação dos gestores para o uso dos indicadores em suas práticas. As avaliações devem servir de parâmetro para a construção de um diagnóstico adequado, baseado em evidências empíricas quantitativas e qualitativas. Diante do diagnóstico, o gestor precisa definir metas concretas e tangíveis para a aprendizagem dos estudantes”, afirma. Henriques lembra que cada secretaria de Educação precisa desenhar um plano que sirva de baliza para os objetivos de aprendizagem dos estudantes daquela rede de ensino. “A secretaria [de Educação] tem a responsabilidade de [obter] uma visão do conjunto da rede e, portanto, deve fornecer a cada escola metas a serem alcançadas”, defende. A direção da escola tem a responsabilidade de analisar, comentar e criticar as metas sugeridas pela secretaria e, finalmente, definir o compromisso de realização das metas, de modo articulado com a participação ativa de professores, profissionais da educação, estudantes e familiares. O especialista destaca ainda que as metas devem considerar os fatores determinantes e o contexto específico de cada escola. E, ao final, é desejado um alinhamento entre as metas individuais de cada escola e as metas globais da secretaria, uma vez que a rede de ensino precisa avançar em conjunto.

Para enfrentar o desafio de assegurar uma educação de qualidade para crianças e jovens do Brasil, são necessários esforços em várias frentes. Entretanto, a gestão estratégica orientada para resultados de aprendizagem e de equidade, traduzida em sua dimensão tática de operação de um plano de ação global e consistente, com rebatimento na gestão eficiente da rotina dos recursos pedagógicos, humanos, financeiros e de infraestrutura, tem peso crucial nessa equação e influencia direta e qualitativamente a aprendizagem dos estudantes.